

**CEDI**

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

*O Estado de São Paulo*

Class.:

11

Data:

*06.11.79*

Pg.:

### Índios prontos para ocupar a área no Paraná

#### Das sucursais

Sem falar em prazo ou mesmo em data, o cacique Angelo Cretã, de Mangueirinha, no Sudoeste do Paraná, deixou claro ontem, em Curitiba, que os 900 índios kaingangues e guaranis da reserva vão ocupar a qualquer momento a área de 3.707 alqueires, objeto de uma pendência judicial entre a Funai e uma empresa madeireira. Depois de participar de uma reunião com funcionários da Funai e do Incra, Angelo Cretã deu uma rápida entrevista, durante a qual recomendou aos repórteres que não falassem em "invasão" da área: "Não tem sentido — afirmou — falar em invasão de uma área que sempre pertenceu aos índios e da qual eles foram expulsos. Vamos simplesmente ocupá-la novamente".

Há um mês, o juiz Lício Bley Vieira, da 2ª Vara da Justiça Federal em Curitiba, deu ganho de causa à firma Slaviero e Filhos que vem disputando a área de 3.707 alqueires com a Funai há vários anos. A Funai recorreu da sentença em Brasília, mas os índios não parecem dispostos a aguardar a decisão final da Justiça: "Precisamos daquelas terras para agricultura", disse o cacique, enquanto mostrava que os índios estão "espremidos" nos 700 alqueires atuais da reserva e nos quais desenvolvem culturas de subsistência.

Os 3.707 alqueires, que entraram em litígio a partir do

governo de Moyses Lupion, possuem hoje uma das últimas reservas de pinho araucária do Sul do País. Angelo Cretã disse ontem que o Cimi está sugerindo a transformação da reserva num parque ecológico, com o qual os índios não concordam porque querem mais terra para plantio.

"Agora mesmo — afirmou Angelo Cretã — fotografamos todos os sinais (ruínas de casas, árvores frutíferas, restos de cercas), que mostram que as terras já foram ocupadas pelos índios. Vamos juntar esse material ao processo para ver se a justiça se convence de que estas terras sempre foram nossas".

Segundo relatos, os Kaingangues e Guaranis foram expulsos da área em 1.961, com violência, através de operação apoiada pelo delegado da Funai da época, Alísio de Carvalho: "O Alísio — contou Angelo Cretã — que só prejudicou os índios, morreu e não teve tempo de gastar o dinheiro que ganhou dos grupos madeireiros interessados nos pinheiros daqueles 3.707 alqueires".

Os índios enviaram uma carta ao presidente João Figueiredo, na qual protestam contra a decisão da justiça paranaense, que deu ganho de causa ao grupo madeireiro Slaviero, na disputa pelas terras dessa área indígena.

Eles afirmam na carta ao presidente que, se não recuperarem as terras "usando a razão social e a voz da verdade", usarão suas armas, arcos e flechas.